

Brasília fica sem eleições

16 FEV 1981

Brasília — Não será ainda desta vez que os habitantes de Brasília vão eleger seus deputados federais e senadores. As duas propostas de emendas à Constituição que propõem o direito de voto para o Distrito Federal serão rejeitadas no início de março pelo PDS, porque, em resumo, o Governo acha que ainda não é a hora de a capital ter seus representantes no Congresso Nacional.

A Mesa do Congresso marcará para os primeiros dias de março as sessões em que as duas emendas — uma do Senador Itamar Franco (PMDB-MG) e a outra do Deputado Eptácio Cafeteira (PMDB-MA) — serão discutidas e votadas. Na verdade, não serão votadas, porque o PDS não dará quorum: Assim, serão arquivadas.

LUTA

As oposições, apoiadas por entidades de classes, tanto de trabalhadores como de empresários, onde se destaca a Associação Comercial de Brasília, estão lutando pelo direito de a capital ter sua representação política. Basicamente, o direito de eleger, como ocorria quando a capital era no Rio de Janeiro, representantes ao Congresso Nacional. E, ainda, contar com uma Assembleia Legislativa.

Mas apesar de estarem relativamente bem organizados, com grande apoio nas áreas sindicais de trabalhadores e de empregadores, as oposições serão derrotadas. O parecer do relator das emendas, Senador Bernardino Viana (PDS-PI) é claro: "Manifestamo-nos pela rejeição das propostas de emenda à Constituição".

Assim, o PDS, mais uma vez, terá de suportar no plenário os protestos de algumas centenas de brasileiros que estarão nas galerias da Câmara, onde o Congresso realiza suas sessões. Os primeiros ensaios deste protesto já ocorreram em novembro último, nas reuniões da Comissão Mista que se encarregou de analisar as propostas de emendas e votar o parecer do relator.

A maior parte dos parlamentares do PDS, majoritário nas Comissões, preferiu não entrar na polêmica, negando, inclusive, quorum para o parecer ser lido, debatido e votado. Dessa maneira, como manda a praxe parlamentar, o parecer do Sr Bernardino Viana será lido na primeira sessão do Congresso, no início de março, em que as emendas serão discutidas.

As oposições, apoiadas por representantes de trabalhadores e de empresários, organizaram-se para pressionar os parlamentares do PDS. Um dos membros da Comissão, o Deputado Maurício Fruet (PMDB-PR), apresentou um voto contrário ao parecer do Senador Bernardino Viana. Este voto, como o parecer, será lido e debatido no plenário do Congresso, pois, também, acabou não sendo apreciado na Comissão Mista.

AS RAZÕES

Embora razoável número de pedessistas seja favorável ao voto em Brasília, a orientação do Planalto não será desobedecida.

"O assunto é complexo. Merece estudo profundo, onde certamente despontarão as seguintes indagações: será mesmo conveniente ao Distrito Federal ter a sua representação política. Ser dotado de Poder Legislativo? Seria social e economicamente proveitoso para sua neutralidade de Capital federal? Não seria oportuno limitar o seu crescimento físico e populacional, para resguardar a idéia original?" diz o parecer do relator.

"A continuar este crescimento, não duvidamos que se venha a pensar em projeto que resguarde a idéia original que vem da Constituição do Império, da Capital da República ser realmente uma cidade tipicamente administrativa, proporcionadora do trabalho normal e construtivo," observou o Senador Bernardino Viana.

Já o voto do Sr Maurício Fruet, refletindo os pontos-de-vista dos que lutam pela representação política, contesta a argumentação do relator. Cita exemplo de Capitais de outros países que têm representação política, a declaração dos Direitos do Homem e outros tipo de argumentação, fixando-se no Rio de Janeiro, quando era Distrito Federal.

Assim, acentua que "o Distrito Federal sempre teve Poder Legislativo próprio e representação política na Câmara dos Deputados e no Senado. Sua Câmara de Vereadores foi, provavelmente, a maior escola de política que o Brasil já teve". E recorda, também, que o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, em mensagem enviada ao Congresso, em 1960, atribuía-lhe competência para fixar a data das primeiras eleições em Brasília. "Mas em 10 de dezembro de 1964, o Governo Castello Branco deu início à obra nefasta de acabar com o direito de Brasília contar com representação política."